



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Original do Agronegócio S.A.

31 de Dezembro de 2015

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	9
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	9
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	9
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	11
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	15
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	15
Nota 9 . Outros Créditos	17
Nota 10 . Outros Valores e Bens	19
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	19
Nota 12 . Imobilizado de Uso	19
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	20
Nota 14 . Outras Obrigações	21
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	21
Nota 16 . Patrimônio Líquido	22
Nota 17 . Limites Operacionais	23
Nota 18 . Partes Relacionadas	23
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	24
Nota 20 . Despesas de Pessoal	24
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	24
Nota 22 . Despesas Tributárias	24
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	24
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	25
Nota 25 . Resultado não Operacional	25
Nota 26 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	25
Nota 27 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	25
Nota 28 . Outras Informações	26

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$ 4.972, contra um lucro de R\$ 4.129 apresentados no exercício de 2014, e no segundo semestre de 2015 um lucro de R\$ 5.377.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 14.246 no exercício de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014 o resultado foi de R\$ 56.005.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 187.334 (2014 - R\$ 263.522), e é representado principalmente por:

Descrição	2015	2014
Aplicações Interfinanceiras	82.419	94.718
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	66.729	60.711
Carteira de Créditos e Outros		
Créditos com Característica de Operação de Crédito	31.299	113.772

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 31.299, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 13.971, correspondente a 45% da carteira total, em 2014 correspondiam a R\$ 113.772, R\$ 30.787, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 110.434 (2014 - R\$ 105.765), composto da seguinte maneira:

Descrição	2015	2014
Capital Social	109.123	104.015
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(289)	14
Reservas de Lucros	1.600	1.736

● Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR - moeda local e estrangeira)	
Moody's (1)	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings (2)	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+

(1) Junho/2015

(2) Dezembro/2015

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da Instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco Original do Agronegócio S.A., revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo BACEN.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2015, houve abertura de uma demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

● Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da Instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 24 de Fevereiro de 2016.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2015	2014
Ativo Circulante		160.517	197.500
Disponibilidades	4	103	111
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	82.419	94.718
Aplicações no Mercado Aberto		82.419	93.959
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	759
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	59.960	31.475
Carteira Própria		45.719	9.368
Vinculados à Prestação de Garantias		14.170	22.097
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	71	10
Relações Interfinanceiras	7	27	122
Créditos Vinculados:		27	122
Depósitos no Banco Central		27	122
Operações de Crédito	8	14.773	65.217
Setor Privado		26.746	89.093
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(11.973)	(23.876)
Outros Créditos	9	3.233	5.851
Negociação e Intermediação de Valores		-	1.109
Créditos Tributários	9.b	3.125	1.813
Diversos	9.d	108	2.929
Outros Valores e Bens	10	2	6
Despesas Antecipadas		2	6
Ativo Realizável a Longo Prazo		25.977	64.420
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	6.769	29.236
Carteira Própria		-	29.204
Vinculados à Prestação de Garantias		6.769	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	32
Operações de Crédito	8	2.555	17.768
Setor Privado		4.553	24.679
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(1.998)	(6.911)
Outros Créditos		16.653	17.416
Créditos Tributários	9.b	16.653	17.416
Permanente		840	1.602
Investimentos	11	100	431
Participações em Coligadas e Controladas:		100	431
No País		100	431
Imobilizado de Uso	12	740	1.171
Outras Imobilizações de Uso		3.295	3.273
(Depreciações Acumuladas)		(2.555)	(2.102)
Total do Ativo		187.334	263.522

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2015	2014
Passivo Circulante		74.968	79.989
Depósitos	13.a	66.950	47.151
Depósitos à Vista		1.335	1.369
Depósitos a Prazo		65.615	45.782
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	5.331	29.135
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		5.331	29.135
Relações Interfinanceiras		3	-
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		3	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	13.d	-	214
Outras Instituições		-	214
Outras Obrigações		2.684	3.489
Sociais e Estatutárias		-	1.020
Fiscais e Previdenciárias	14.a	148	1.654
Negociação e Intermediação de Valores		236	448
Diversas	14.b	2.300	367
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.932	77.768
Depósitos	13.a	992	67.306
Depósitos a Prazo		992	67.306
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	940	7.636
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		940	7.636
Outras Obrigações		-	2.826
Diversas	14.b	-	2.826
Patrimônio Líquido	16	110.434	105.765
Capital Social:		109.123	104.015
De Domiciliados no País	16.a	109.123	104.015
Reservas de Lucros	16.d	1.600	1.736
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	(289)	14
Total do Passivo		187.334	263.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas da Intermediação Financeira		18.853	29.239	77.464
Operações de Crédito	8.g	6.242	14.246	56.005
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	10.359	19.318	16.079
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	2.252	(4.217)	4.988
Resultado de Operações com Câmbio		-	(108)	392
Despesas da Intermediação Financeira		(9.230)	(15.458)	(54.419)
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(6.653)	(14.644)	(37.540)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2)	(5)	(31)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.575)	(809)	(16.848)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		9.623	13.781	23.045
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.246)	(9.078)	(16.762)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	11	41	125
Despesas de Pessoal	20	(79)	(142)	(788)
Outras Despesas Administrativas	21	(4.256)	(8.917)	(11.582)
Despesas Tributárias	22	(557)	(958)	(1.913)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	15	29	(457)
Outras Receitas Operacionais	23	844	1.173	304
Outras Despesas Operacionais	24	(224)	(304)	(2.451)
Resultado Operacional		5.377	4.703	6.283
Resultado não Operacional	25	-	-	(169)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		5.377	4.703	6.114
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	-	269	(1.610)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(796)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(502)
Ativo Fiscal Diferido		-	269	(312)
Participações no Lucro		-	-	(375)
Lucro/ (Prejuízo) do Semestre/Exercício		5.377	4.972	4.129
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	(2.351)
Lucro/ (Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0538	0,0497	0,0413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		101.212	459	2.302	-	-	103.973
Homologação do BACEN s/aumento de Capital Social		2.803	(459)	-	-	(2.344)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	14	-	14
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	4.129	4.129
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	(123)	-
Absorção Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(2.351)	(2.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		104.015	-	1.736	14	-	105.765
Mutações do Exercício		2.803	(459)	(566)	14	-	1.792
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		104.015	-	1.736	14	-	105.765
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	(303)	-	(303)
Utilização Reserva Legal	16.d	-	-	(405)	-	405	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	4.972	4.972
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal	16.d	-	-	269	-	(269)	-
Aumento de Capital	16.a	-	5.108	-	-	(5.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	(289)	-	110.434
Mutações do Exercício		-	5.108	(136)	(303)	-	4.669
Saldos em 30 de junho de 2015		104.015	-	1.331	(462)	-	104.884
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	173	-	173
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	-	5.377	5.377
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal		-	-	269	-	(269)	-
Aumento de Capital		-	5.108	-	-	(5.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	(289)	-	110.434
Mutações do Semestre		-	(5.108)	(269)	(173)	-	(5.550)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2015	2014
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/ Exercício		5.377	4.972	4.129
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício:		2.235	1.157	18.690
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	2.575	809	16.848
Carteira de crédito		2.575	809	16.848
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(15)	(29)	457
Depreciações e Amortizações	21	216	453	512
Ajuste a Valor de Mercado		(22)	35	-
Tributos Diferidos		-	(269)	312
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	24	(519)	158	2.451
Provisão de Participações no Lucro		-	-	375
Prejuízo na alienação de investimento		-	-	86
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/ Exercício		7.612	6.129	22.819
Variações em Ativos e Passivos				
		2.247	(17.677)	(32.762)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(110)	(110)	3.152
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(29.114)	23.501	20.875
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		29	98	(253)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		41.925	82.152	236.571
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(187.511)	4.280	1
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		52	-	91
Aumento (Redução) em Depósitos		53.427	(46.516)	(123.822)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(61.175)	14.758	-
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(4.123)	(30.501)	(139.896)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(110)	(214)	(428)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		188.957	(65.125)	(29.053)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		9.859	(11.548)	(9.943)
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso		-	-	(169)
Aumento de Capital Subscrito em Controlada		-	-	(796)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		-	-	(965)
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio pagos		-	-	(1.151)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	-	(1.151)
Modificações na Posição Financeira:		9.859	(11.548)	(12.059)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		9.859	(11.548)	(12.059)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		72.663	94.070	82.011
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	82.522	82.522	94.070
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		9.859	(11.548)	(12.059)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações comprometidas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 24 de Fevereiro de 2016 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os valores são compostos conforme Nota 4.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2001 os títulos para negociação são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento;

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados ao valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 31 de Dezembro de 2015 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco e as necessidades de clientes.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a Instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

k.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos, conforme Nota 12.

l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Nos exercícios de 2015 e 2014 foram realizados testes e a instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo seus impactos no resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei 13.169/15, fruto de conversão da MP 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refeitar a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

o) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

q) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

r) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18.

s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2015 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

Total

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	103	111
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	82.419	93.959
Total	82.522	94.070

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
				Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	82.419	-	-	82.419	93.959
Posição Bancada	82.419	-	-	82.419	93.959
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	93.959
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	82.419	-	-	82.419	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	759
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	-	-	90
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	-	-	609
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	-	-	60
Total	82.419	-	-	82.419	94.718
Circulante				82.419	94.718
Longo Prazo				-	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2015	31/12/2014
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.582	29	10.611	9.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	35.395	(287)	35.108	-
Total	45.977	(258)	45.719	9.368

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2015	31/12/2014
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	29.204
Total	-	-	-	29.204
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	21.202	(263)	20.939	22.097
Total	21.202	(263)	20.939	22.097

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	10.611	10.611	9.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	35.108	35.108	-
Total	-	-	45.719	45.719	9.368
Total dos Títulos para Negociação	-	-	45.719	45.719	9.368
Circulante				45.719	9.368
Longo Prazo				-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	29.204
Total	-	-	-	-	29.204
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	14.170	6.769	20.939	22.097
Total	-	14.170	6.769	20.939	22.097
Total dos Títulos Disponíveis para Venda	-	14.170	6.769	20.939	51.301
Circulante				14.170	22.097
Longo Prazo				6.769	29.204

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2015	31/12/2014
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.366	12.662	13.427
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.993	6.656	2.652
Total	10.359	19.318	16.079

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

A carteira Trading a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro :

Carteira Trading - dez/2015		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	dez/14
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	834	1.274	164
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	2	-	1
Milho	Preço do Milho CEPEA	-	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	2.734	2.178	848
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	-	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.025	10.432	14.210
Exposição com Correlação		15.006	10.623	15.030

Carteira Banking - dez/2015		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		28.433	56.661	18.160

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros:** cotações em Bolsas;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	63	71	828	49	42	1.068
CDI	-	-	-	49	42	1.068
IPCA ⁽¹⁾	63	71	828	-	-	-
Posição Passiva	-	-	(828)	-	-	(1.068)
CDI	-	-	(828)	-	-	(1.068)
Diferencial Líquido	63	71	-	49	42	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	31/12/2015			31/12/2014	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor Referencial dos Contratos
Resumo					
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	63	8	71	828	42
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	60.718	-
Total	63	8	71	61.546	35.222

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	-	71	-	71	42
Total	-	71	-	71	42

	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*					
DDI	-	-	59.356	59.356	6.641
DI	499	-	863	1.362	1.500
Dólar	-	-	-	-	26.013
Total	499	-	60.219	60.718	34.154

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 236 passivo (31/12/2014 - R\$ 661), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 20.939 (31/12/2014 - R\$ 22.097), representados por NTN.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a		01/01 a	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	-	-	-	-	-	-	(209)
"Swap"	30	(8)	22	66	(18)	48	29
Opções	-	-	-	-	-	-	11
DI	22	(7)	15	38	(15)	23	(88)
DDI	2.797	(2.091)	706	3.602	(5.160)	(1.558)	(2.934)
BGI	-	-	-	-	-	-	215
Moedas	1.715	(206)	1.509	3.918	(6.648)	(2.730)	8.022
Dólar	-	-	-	-	-	-	(58)
Total	4.564	(2.312)	2.252	7.624	(11.841)	(4.217)	4.988

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 27, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e Títulos Descontados	28.329	108.795
Adiantamentos a Depositantes	-	9
Empréstimos	28.329	108.786
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	25.387	94.869
Capital de Giro	2.938	12.476
Conta Corrente Garantida	-	1.441
Cheque Especial	4	-
Financiamentos	2.970	4.763
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) ⁽²⁾	1.069	3.200
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	1.901	1.563
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	214
Sub-Total	31.299	113.772
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.971)	(30.787)
Total	17.328	82.985
Circulante	14.773	65.217
Longo Prazo	2.555	17.768

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a			31/12/2015	31/12/2014
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencer até 12 Meses e		Total	Total
		Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias		
Setor Privado					
Rural	3.437	22.153	4.552	30.142	105.057
Indústria	-	1.153	-	1.153	5.564
Outros Serviços	-	-	-	-	3.151
Pessoas Físicas	-	4	-	4	-
Total	3.437	23.310	4.552	31.299	113.772

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	31/12/2015				31/12/2014	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	31.215	99,73%	13.970	99,99%	65.269	57%
50 Maiores Devedores Seguintes	84	0,27%	1	0,01%	48.499	43%
100 Maiores Devedores Seguintes	-	0%	-	0%	4	0%
Total	31.299	100%	13.971	100%	113.772	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de Dezembro de 2015. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2015	
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão	
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾			
A	0,5%	1.138	-	1.138	6	
B	1%	1.153	-	1.153	12	
C	3%	2.124	-	2.124	64	
E	30%	7.064	10.192	17.256	5.177	
G	70%	-	3.050	3.050	2.135	
H	100%	3.478	3.100	6.578	6.578	
Total		14.957	16.342	31.299	13.971	

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2014	
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão	
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾			
A	0,5%	51.766	607	52.373	262	
B	1%	9.837	99	9.936	99	
C	3%	2.068	508	2.576	77	
D	10%	3.183	134	3.317	332	
E	30%	-	10.819	10.819	3.246	
F	50%	-	6.450	6.450	3.224	
G	70%	703	15.143	15.846	11.092	
H	100%	5.175	7.280	12.455	12.455	
Total		72.732	41.040	113.772	30.787	

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	30.787	28.016
Constituição Líquida de Reversão	809	16.848
Baixa para Prejuízo	(17.625)	(14.077)
Saldo Final	13.971	30.787
Circulante	(11.973)	(23.876)
Longo Prazo	(1.998)	(6.911)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	2.482	2.100

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No exercício de 2015, os créditos renegociados são de R\$ 12.453 (31/12/2014 – R\$ 16.413) e a PCLD é de R\$ 8.202 (31/12/2014 - R\$ 5.281) relativo a operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 27.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de Dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

No exercício de 2015 não houve cessão de crédito com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação). Em 2014 o valor cedido foi de R\$ 5.693. No período o banco não obteve recuperação de crédito baixado para prejuízo.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total da Carteira Cedida	-	5.693
Valor da Venda	-	5.693

g) Resultado de Operações de Crédito

	<u>2º Semestre</u>	<u>01/01 a 31/12/2015</u>	<u>01/01 a 31/12/2014</u>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	13	13	7
Rendas de Empréstimos	3.959	11.213	39.397
Rendas de Financiamentos	103	568	14.501
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e)	2.197	2.482	2.100
Perdas com Créditos Incobráveis	(30)	(30)	-
Total	6.242	14.246	56.005

9. Outros Créditos

a) Créditos Tributários

Créditos Fiscais Diferidos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo Inicial	19.229	19.653
Constituições	8.533	7.187
Reversões	(7.984)	(7.611)
Saldo Final	19.778	19.229
<u>Débitos Fiscais Diferidos (Nota 14.a)</u>		
Saldo Inicial	42	75
Constituições	1.149	1.101
Reversões	(1.137)	(1.134)
Saldo Final	54	42

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018.).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo Fiscal	8.707	-
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	2.177	-
Base Negativa de Contribuição Social	8.710	-
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	1.742	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.971	30.787
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.956	2.726
Provisão para Despesas Administrativas	164	44
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	550	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(26)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	88
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(4)
Perdas em Operações de Crédito	18.570	14.422
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	35.186	48.063
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	35.186	48.063
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	8.797	12.016
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	7.037	7.209
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	550	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	88
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	550	88
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	26	4
Total do Ativo Fiscal Diferido	19.778	19.229
Circulante	3.125	1.813
Longo Prazo	16.653	17.416

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2015	31/12/2014
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	37	72
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	25
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(2)	(3)
Ajuste DI e DDI futuro	76	-
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(4)	-
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	108	94
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	27	23
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	22	14
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	25
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	37	72
Ajustes Futuro - DI e DDI	76	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	113	97
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	5	5
Total do Passivo Fiscal Diferido	54	42
Circulante	54	42
Longo Prazo	-	-

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2015	-	-	-	1.813	42	1.771
2016	3.125	54	3.071	2.001	-	2.001
2017	6.198	-	6.198	2.146	-	2.146
2018	6.125	-	6.125	3.956	-	3.956
2019	2.957	-	2.957	5.872	-	5.872
A partir de 2020	1.373	-	1.373	3.441	-	3.441
Total	19.778	54	19.724	19.229	42	19.187

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

O impacto da elevação de alíquota de 15% para 20% gerou um efeito de R\$ 2.189 de crédito tributário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de Dezembro de 2015, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 16.108 (2014 - R\$ 13.547).

c) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	5	2.831
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	90	41
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 15.b.2)	-	35
Adiantamentos Salariais/Outros	13	18
Outros	-	4
Total	108	2.929
Circulante	108	2.929

10. Outros Valores e Bens

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Antecipadas	2	6
Total	2	6
Circulante	2	6

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			31/12/2015	
	Direta ou Indiretamente (Mil)			Participação	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Direta e Indireta	
Controladas do Banco					
Original Promotora Ltda.	Intermediação	-	0,00%	0,00%	
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%	99,99%	

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial			
					01/01 a			
			31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	2º Semestre 2015	31/12/2015
Controladas do Banco								
Original Promotora Ltda. ⁽³⁾	413	32	-	331	15	29	9	
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-	-	
Coligada do Banco								
Brasil Agrosec Cia	-	-	-	-	-		(466)	
Securitizadora Ltda. ⁽²⁾	-	-	-	-	-			
Total	513	32	100	431	15	29	(457)	

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

(2) Investimento alienado em Dezembro de 2014.

(3) O investimento no Banco do Agronegócio ocorreu até novembro de 2015 posteriormente o Investimento foi alienado em Dezembro de 2015 no Banco Original S/A.

12. Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	31/12/2015	31/12/2014
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	247	(110)	137	164
Sistemas de Processamento de Dados	2.787	(2.245)	542	906
Sistemas de Segurança e Comunicações	261	(200)	61	101
Total	3.295	(2.555)	740	1.171

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
					Total	Total
Depósitos à Vista	1.335	-	-	-	1.335	1.369
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	-	65.615	992	66.607	113.088
Total	1.335	-	65.615	992	67.942	114.457
Circulante					66.950	47.151
Longo Prazo					992	67.306

Em 31 de Dezembro de 2015 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 63.175 (31/12/2014 - R\$ 110.138) e CDB no montante de R\$ 3.432 (31/12/2014 - R\$ 2.950).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 98% e 115,50% do CDI e 109% do IPCA (2014 - 98,5% e 115,5% do CDI e IPCA 131,6%). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% do CDI, ou 106,10% a 108,3% do IPCA. (2014 - 108% e 121% do CDI ou 106,98% a 125,56% do IPCA).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2015	31/12/2014
Depósitos Interfinanceiros	-	-	(1.427)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(6.202)	(12.830)	(16.129)
Captação no Mercado Aberto	(1)	(138)	(6.072)
LCA	(442)	(1.652)	(13.709)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(8)	(24)	(203)
Total	(6.653)	(14.644)	(37.540)

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
				Total	Total
LCA	5.331	-	940	6.271	36.771
Total	5.331	-	940	6.271	36.771
Circulante				5.331	29.135
Longo Prazo				940	7.636

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 94% e 101% do CDI (2014 - 93% e 103,5% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,75% a.a. e 12,11% (2014 - 8,38% a.a. e 12,45% a.a.) e para operações pós-fixadas o valor da taxa praticada é de 106,8% do IGPM (2014 - 67,67% do IGPM).

c) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional. Em 31 de dezembro de 2015 não apresenta saldo.

d) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2015	31/12/2014
				Total	Total
Funcafé - Capital de Giro	-	-	-	-	214
Total	-	-	-	-	214
Circulante				-	214
Longo Prazo					

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e Contribuições a Recolher	94	314
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	22	17
Impostos e Contribuições sobre Salários	6	4
PIS	-	15
COFINS	-	96
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	180
I.R.- s/ operações de renda fixa	66	-
Outros	-	2
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	1.298
Provisão para Imposto de Renda	-	796
Provisão para Contribuição Social	-	502
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	54	42
Total	148	1.654
Circulante	148	1.654

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1.1)	1.962	2.726
Provisão para Pagamentos a Efetuar	201	321
Despesas de Pessoal	8	17
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	26	120
Outros pagamentos ⁽²⁾	167	184
Subscrições de capital a integralizar ⁽³⁾	100	100
Contas à Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	-	35
Credores Diversos - Exterior/País	37	11
Total	2.300	3.193
Circulante	2.300	367
Longo Prazo	-	2.826

(1) Constituído pela despesa de publicações.

(2) Constituído basicamente por provisão de PLR funcionários.

(3) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (nota 11)

15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco possuía R\$ 1.962 (31/12/2014 - R\$ 2.726) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 90 (31/12/2014 - R\$ 41).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	2.726	2.243
Constituição Líquida de Reversão	-	483
Reversão	(764)	-
Saldo Final	1.962	2.726

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos não foram efetuados depósitos judiciais (31/12/2014 - R\$ 4).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2015 o Banco não possui processos de natureza cível classificados como possível. Para processos de natureza trabalhista, no exercício de 2015 e 2014, o banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como perda possível:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Processos Trabalhistas	98	236
Total	98	236

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social de R\$ 109.123 (31/12/2014 - R\$104.015) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	104.015	104.015
Total	109.123	109.123	104.015	104.015

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 5.108, mediante destinação do lucro sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi submetido a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere - se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ (289) em 31 de Dezembro de 2015 (31/12/2014 - R\$ 14).

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2015 não foi deliberado JCP. Em 31 de dezembro de 2014, conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas no montante de R\$ 2.351, o qual após retenção de imposto de renda no fonte, à alíquota de 15% na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$.1.998, do qual o montante líquido de R\$ 1.010 será pago a J&F e o montante de R\$ 10 será pago para o acionista minoritário, o montante de R\$ 988 foi pago em julho de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 940.

d) Reserva de Lucros

Em 31 de Dezembro de 2015 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 269 (31/12/2014 - R\$ 123), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente. Em 31 de Dezembro de 2015 foi consumida reserva legal no montante de R\$ 405 (31/12/2014 - R\$ 689), constituindo um saldo de R\$ 1.600 (31/12/2014 - R\$ 1.736)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Limites Operacionais

Segundo as regras do Banco Central, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%.

O índice de Basileia foi calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro. Em janeiro de 2016, o Banco Central divulgou a Carta Circular 3.748, dispensando as instituições financeiras da remessa do índice de Basileia do Conglomerado Financeiro.

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio de Referência Nível I	1.956.339	2.037.134
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.956.339	2.037.134
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	6.821.406	4.410.010
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	5.850.627	3.433.237
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	474.976	326.921
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	495.803	649.852
Índice de Basileia III e II	28,7%	46,2%

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

Em 2015 e 2014 o Banco mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 11%, e Patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 além de legislação complementar.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em dezembro de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
Acionistas	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Aplicações em Operações Compromissadas	82.419	93.959	8.969	8.020
Banco Original S.A. ⁽¹⁾	82.419	93.959	8.969	8.020
Depósito a Vista	(81)	(66)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(49)	(14)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	-	(4)	-	-
J&F Participações Ltda.	-	(6)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(3)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	(3)	(10)	-	-
Depósito a Prazo	(356)	-	(59)	(19)
Original Negócios Agropecuários Ltda	(356)	-	(59)	(19)
JCP a Pagar	-	(1.200)	-	(1.200)
J&F Participações Ltda. (Nota 16.c)	-	(1.188)	-	(1.188)
Outros	-	(12)	-	(12)

(1) Controlado pela J&F;

(2) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Intermediação e Assessoria Financeira	10	38	14
Rendas De Garantias Prestadas	-	-	4
Outras Prestações de Serviços ⁽¹⁾	1	3	107
Total	11	41	125

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

20. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	(46)	(87)	(386)
Encargos	(14)	(26)	(148)
Benefícios	(19)	(29)	(251)
Outras	-	-	(3)
Total	(79)	(142)	(788)

21. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(597)	(1.300)	(2.203)
Depreciações e Amortizações	(216)	(453)	(512)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(291)	(828)	(764)
Comunicações	(213)	(484)	(434)
Processamento de Dados	(2.361)	(4.653)	(3.831)
Aluguéis	(15)	(57)	(529)
Transportes e Viagens	(11)	(130)	(694)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1)	(3)	(34)
Manutenção e Conservação de Bens	(17)	(63)	(160)
Serviços do Sistema Financeiro	(90)	(251)	(711)
Água, Energia e Gás	-	-	(19)
Material	(1)	(1)	(12)
Outras	(443)	(694)	(1.679)
Total	(4.256)	(8.917)	(11.582)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

22. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesa com COFINS	(461)	(721)	(1.541)
Despesa com ISS	(1)	(2)	(6)
Despesa com PIS/Pasep	(75)	(117)	(250)
Outras	(20)	(118)	(116)
Total	(557)	(958)	(1.913)

23. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Atualização de Impostos a Compensar	18	91	161
Recuperação De Encargos E Despesas	23	169	36
Atualização de Depósitos Judiciais	2	7	107
Reversão de Provisões Operacionais	801	906	-
Total	844	1.173	304

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Provisões Operacionais			
Trabalhistas	-	-	(482)
Indenizações Trabalhistas	(224)	(304)	(1.969)
Total	(224)	(304)	(2.451)

25. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	-	2
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	(171)
Total	-	-	(169)

26. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado	4.703	3.388
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(29)	457
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	58	293
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	62	296
Base de cálculo - CSLL	4.732	4.138
Base de cálculo - IRPJ	4.736	4.141
CSLL - 20%	1.453	(621)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(1.184)	(990)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	269	1.610
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	269	1.610

27. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da Alta Administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da Instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da Instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela Alta Administração da Instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (*Value at Risk*)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Banco em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Banco, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

28. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.
